



MAI MESTRADO EM INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL APLICADA

SEMINÁRIO | 15 JUNHO | 11H00 Online

ÉTICA DA MORTE ATRAVÉS DE DRONES E ARMAS DE DESTRUIÇÃO MASSIVA

ROBERT JUNQUEIRA
Gestor de Ciência, Tecnologia e Inovação no Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Filosofia. Pós-graduação em Gestão e Políticas de Ciência e Tecnologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA, em Lisboa.

IPCA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA 2AI APPLIED ARTIFICIAL INTELLIGENCE LABORATORY

Link: videoconf-colibri.zoom.us/j/81808459131

O presente texto foi redigido com vista à preparação da sessão de encerramento do Ciclo de Seminários do Mestrado em Inteligência Artificial Aplicada do Applied Artificial Intelligence Laboratory da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, realizada em 15 de junho de 2022 por via telemática a convite da docente encarregada, a Professora Doutora Irene Portela.

Como citar: Junqueira, Robert. «Ética da morte através de drones e armas de destruição massiva». Apresentado no Ciclo de Seminários do Mestrado em Inteligência Artificial Aplicada, Applied Artificial Intelligence Laboratory da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, 15 de junho de 2022. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7339747>.

Ética da morte através de drones e armas de destruição massiva

Robert Junqueira

martinsjunqueira@uc.pt

Bolseiro de Investigação

CIÊNCIA ID: 761A-88F4-6066

ORCID: 0000-0003-1944-654X

Instituto de Estudos Filosóficos

Faculdade de Letras

Universidade de Coimbra

Na realidade humana, a ética exprime algo que se reveste de um significado capital. Da ética diz-se que é indispensável à pretensão de conhecimento, e da conduta ética diz-se que se reveste de não menor gravidade noutras áreas da vida (Humphries & Martins 2000).

A ética considera-se fulcral, por exemplo, para a competitividade das organizações no mercado (Watts 2020) e para a democracia (Sánchez & Esquivel 2021), sendo também verdade que se diz ser a ética determinante virtualmente em qualquer âmbito de atividade humana (Novella-García & Cloquell-Lozano 2021).

Trata-se a ética de um fatal contingente talhado para a realidade que se concentra sobretudo *i)* na esfera da agência humana, quando entendida de um modo geral, e *ii)* no nervo da agência individual, se se tratar de avaliar alguma agência humana em particular, quer o objeto avaliado exista subjetivamente ou de um modo puramente objetivo.

A ética não se limita ao esforço de avaliação: está presente sempre que me posiciono de modo a prestar cuidados à realidade diante de uma responsabilidade, como seja a responsabilidade de diminuir as probabilidades de ocorrência de um acidente na rodovia ou de procurar não traumatizar uma criança ao explicar-lhe uma situação por demais sensível.

Quando o fluxo dos acontecimentos leva um agente à conclusão de que a sua prestação de cuidados à realidade diante da responsabilidade não foi suficiente para garantir todos os cuidados necessários perante tal responsabilidade, não deixa de haver-se dado o caso de que a agência se posicionou eticamente.

Na falta da luz da responsabilidade, segue-se a ausência da ética. Se me posiciono de um modo ético, presto cuidados à realidade perante a responsabilidade. Faço-o porquê? Não creio que o faço apenas porque calhou ou porque a minha inteligência seja meramente cultural e eu uma espécie de autómato programado de uma determinada maneira.

O posicionamento ético corresponde à missão humana enquanto agência de prestação de cuidados à realidade à luz da responsabilidade. À luz desta, a ética sinaliza a agência humana como prestadora de cuidados à realidade.

No âmbito da agência individual, trata-se de prestar cuidados à realidade sob a luz de uma responsabilidade que se imiscui com as interpelações da própria sobrevivência, saúde, sensibilidade, propriedade individuais e demais dimensões que são caras a tal indivíduo ou a outrem eventualmente, por sua vez, cara ou caro para tal indivíduo.

Em que sentido é que a posição ética passa, de um modo geral, pela prestação de cuidados à realidade à luz da responsabilidade? Sem consciência desta, ou sem resposta afirmativa à interpelação da responsabilidade, uma

qualquer agência só pode estar vinculada a um posicionamento ético no seu relacionamento com uma avaliação externa/posterior.

Se um cão comer o meu trabalho de fim de semestre, a causa é uma posição ética do animal? Se vincular uma posição ética ao comportamento do cão, avaliando-o como se este tivesse a capacidade de prestar cuidados à realidade à luz da responsabilidade, e daí julgar o cão pelo seu suposto posicionamento ético, faço mais que expor-me ao ridículo?

A qualidade do que é ético estabelece-se quotidianamente e de um modo geral sob a marca da prestação de cuidados à realidade, por parte da agência humana, à luz da responsabilidade, o que implica que haja consciência e portanto também uma interpretação não só da última mas da ética de um modo geral e também um pouco do tanto o quanto a mesma envolve.

O nosso século tem vindo a chamar à atenção para a necessidade de assumir que uma ética geral deve sinalizar uma responsabilidade da agência humana perante toda a vida no universo, aquém e além das culturas e eventualmente das galáxias.

Até recentemente, foi-se progredindo pelo menos até à emergência de uma ética pós-moderna que é tão abrangente e profunda que eleva a responsabilidade humana à prestação de cuidados à realidade entendida como todo o sistema-vida ou organismo da Gaia; isto é, a vida à escala planetária e o seu emaranhado de laços (Kirchner 1989).

O que os nossos dias já descobriram e assimilaram é que não apenas a vida na Terra mas todo o universo está interligado e sujeito aos efeitos, mesmo que colaterais, da agência humana e de tudo o demais que se sucede na realidade (Deely 2010b).

Assim, não pode confinar-se a responsabilidade à luz sob a qual a agência humana presta cuidados à realidade dos seus assuntos ditos pessoais, de família, da empresa, e por aí além, sendo forçoso assumir que a agência humana é responsável pelo universo infinito.

Na Terra e em todo o espaço conhecido não há sinal de haver outra forma de vida com uma noção do universo infinito. Até ver, apenas os seres humanos têm a consciência das relações que vinculam toda a realidade para cá e para lá da dimensão subjetiva da mesma e dos encontros que se estabelecem no âmbito da intersubjetividade (Deely 2010a).

A subjetividade é tudo aquilo que distingue a Irene Portela do Robert Junqueira. Subjetivo é tudo aquilo que me distingue do resto do universo (Deely 2016). Tudo o que está para lá da subjetividade é suprasubjetivo, ou seja, tudo no universo que se distingue de mim situa-se na esfera da suprasubjetividade.

Nesta esfera, do lado daquilo com que me relaciono objetivamente, há tanto lugar para objetos que creio tratar-se de outras subjetividades, e.g. a da pessoa que me trata de um ferimento no hospital ou a da bengala que me

suporta, quanto para objetos que creio serem puramente objetivos, como quem já faleceu e me povoa a memória, as bruxas e unicórnios que animam o meu imaginário, ou os números que me servem para vários fins. Suprasubjetivo também é tudo o quanto desconheço.

A realidade puramente objetiva não partilha de existência subjetiva e portanto só é real na medida em que é conhecida. Alguém que já morreu, como por exemplo o futebolista Eusébio da Silva Ferreira, deixou relacionar-se no âmbito intersubjetivo, mas terá deixado ainda, objetivamente, de ser parte da realidade (Seif 2018)?

Pese embora já tenha existido subjetivamente, Eusébio não partilha agora de tal existência, constituindo uma realidade puramente objetiva. Sem subjetividade, o Pantera Negra está agora em condição semelhante à de Napoleão Bonaparte, isto é, exilado da intersubjetividade na dimensão puramente objetiva da suprasubjetividade.

Intersubjetivo é o âmbito suprasubjetivo das relações entre subjetividades ou aspetos das mesmas (Deely 2015). Considerando que os mortos, as bruxas e etc. são objetos puros ou carentes de subjetividade, haverá forçosamente que admitir que não podem participar de relações intersubjetivas. Assim sendo, o âmbito da intersubjetividade constitui tão só uma parcela da esfera suprasubjetiva.

No espectro dos objetos com os quais a minha subjetividade se relaciona, há uns que são puramente objetivos, não partilhando de subjetividade nem participando da intersubjetividade e sendo dotados de realidade apenas na medida em que são conhecidos.

No mesmo espectro, outros objetos há que não precisariam de ser conhecidos por mim para existirem, por partilharem da realidade subjetiva e serem participantes no âmbito intersubjetivo, por muito que a minha percepção não os alcance.

Assim, a mesma subjetividade que me distingue de tudo o demais no universo, seja de entidades puramente objetivas ou de entidades no espectro dos objetos que mesmo que não fossem conhecidos continuariam a existir, [esta minha subjetividade] é condição de possibilidade da minha participação na intersubjetividade, âmbito no qual tal subjetividade se encontra vinculada, integralmente ou não, a outras subjetividades ou aspetos destas.

A realidade engloba, na esfera suprasubjetiva em geral e no âmbito intersubjetivo em particular, as relações entre humanos. A consciência da intersubjetividade em geral, incluindo mas não se esgotando nas relações que envolvem a humanidade, tal como a consciência da minha humanidade em particular, leva-me à conclusão de que sou uma subjetividade entre outras e um ser humano em particular.

A consciência de que sou uma subjetividade entre outras, quer se trate de pessoas, pedras, estrelas, bactérias, etc., abarca o risco de conduzir-me à incúria da minha própria subjetividade ou da subjetividade alheia em prol de dimensões que dizem respeito à esfera suprasubjetiva, que para além de ser intersubjetiva também é puramente objetiva.

Para exemplificar, no que diz respeito à pura objetividade, basta chamar à atenção para o facto de que posso estar disposto a esforçar-me, sofrer ou morrer (morte que seria o fim da minha existência subjetiva) em nome de determinados sonhos, ideais ou crenças.

Sendo que a distinção aqui é sobretudo ilustrativa, na medida em que intersubjetivo e puramente objetivo não estão livres de relações, pode exemplificar-se relativamente à intersubjetividade dizendo que posso estar disposto a sacrificar-me para garantir a continuidade da existência de outras subjetividades, como seja a sobrevivência de outros humanos ou outros animais ou ainda a preservação de um determinado monumento.

A distinção é sobretudo mas não meramente ilustrativa, pois quando me disponho a morrer pela preservação da subjetividade de uma estátua do Fernando Pessoa, por exemplo, tal não significa senão que não me satisfaço com a previsão de um futuro em que só poderia relacionar-me com tal objeto no espectro da objetividade pura, por mais que tal monumento aponte para o âmbito da pura objetividade em que está exilado o poeta.

Assim, não cansa repetir que a ética em geral diz respeito à prestação de cuidados à luz de uma responsabilidade que abarca toda a realidade, isto é, o universo infinito, que não deve ser confundido com o universo físico ou subjetivo, pois a realidade é o que disso conhecemos, o que não conhecemos, e também tudo aquilo que é conhecido mas não partilha de existência subjetiva e portanto não se relaciona no âmbito intersubjetivo.

A agência humana dispõe de tecnologia que a leva a apresentar-se como um intenso fator de pressões evolutivas para a continuidade da vida no planeta Terra.

Algo menos grave do que o fim de toda a vida à escala planetária, é certo, seria que chegasse o fim apenas da própria espécie humana e da intersubjetividade que a envolve; menos grave, mas é entre aspas, tendo em conta que tal morte significaria ainda a perda de toda a riqueza do espectro da objetividade que as mentes humanas tem vindo a cultivar ao longo de toda a sua evolução enquanto espécie, das letras às vivas memórias que quem vive carrega no corpo.

Uma ética de toda a vida na Terra significa: uma agência humana de prestação de cuidados à realidade de toda a vida, à escala planetária, à luz de uma responsabilidade que vise diminuir a probabilidade do fim da subjetividade do ecossistema planetário.

No tempo em que se travavam guerras com canhões e baionetas, as guerras suscitavam uma ética sobretudo voltada para o âmbito da intersubjetividade humana, por mais elementos puramente objetivos e subjetividades de outras espécies que envolvesse.

Mesmo no âmbito da intersubjetividade humana, as guerras comportavam até muito recentemente um risco de morte meramente parcial, pois num momento de loucura não seria possível a um só indivíduo ou grupo, por poderoso que fosse, pôr fim à evolução da própria espécie humana.

Os conflitos bélicos marcaram constantemente terreno na evolução da humanidade ao longo da história (Brito, Júnior, & Dias 2021); trouxeram enormes descobertas para a medicina, pesem embora as opiniões críticas de incontáveis pessoas (Hipólito 2019); e sempre mereceram as críticas recebidas pela sua inevitável geração de despesas, tal como pela dor, a ruína e a morte suscitadas.

É também verdade que as guerras contribuíram também de um modo geral para o florescimento de centros urbanos, países, culturas e assim por diante (Bergo 2019), não sendo por estas e outras razões de estranhar que exista, por um lado, uma tradição milenar que celebra a guerra (McDonald 2006) e, por outro, que esta tenha ocasionado não só horror mas também inspiração junto de comunidades artísticas, científicas e tecnológicas.

É evidente que a evolução da guerra anda de mãos dadas com a inovação militar, particularmente a inovação tecnológica. Ao longo dos tempos, as inovações acarretaram profundas transformações na índole da guerra e nas práticas bélicas, originando vitórias e desventuras, tal como afetando os horizontes geopolíticos em sentido lato (Mahnken 2018).

Os métodos de combate foram evoluindo e renovando-se, muitas vezes em função da sofisticação do armamento e demais meios disponíveis, da comunicação à inteligência. Estar na linha da frente da inovação é tão essencial para a competição nos mercados quanto para o sucesso nas frentes de batalha, pois o acesso aos meios de ponta pode significar uma vantagem estratégica a nível militar e, no limite, a vida em vez da morte.

Um exemplo de um ramo de inovação militar é o das armas de destruição em massa, e exemplo destas constitui todo o armamento biológico, químico, nuclear, ou radiológico passível de ocasionar mortalidade em larga escala (Casey-Maslen 2022).

A esta lista deve acrescentar-se os drones e demais máquinas com capacidade de provocar o fim de subjetividades e que tenham sido ou venham a ser robotizadas através da inteligência artificial, isto é, que estejam capacitadas para interpretar a realidade física por via de um jogo algorítmico que tem a pretensão de emular a mente humana.

Embora custe a acreditar que os humanos possam perder o controle sobre tais robots por conta de uma tomada de consciência por parte dos mesmos e de uma conseqüente luta por libertação contra a humanidade, como se pode prever num tom apocalíptico, há acima de tudo um risco de destruição em massa porque a exploração de tais máquinas está sujeita à ocorrência de irregularidades como as que se conhecem de experiências recentes da administração Obama em território asiático que provocaram a morte de até 500 civis (Byman 2013) ou, quem sabe, experiências muitíssimo piores ainda por vir.

Neste mundo, em que começaram a proliferar as armas de destruição em massa, incluindo a robotização dos drones através da inteligência artificial, nunca foi tão urgente como agora que a agência humana preste cuidados à vida no planeta como um todo à luz da responsabilidade de diminuir os riscos da ocorrência de um desastre que signifique o fim da subjetividade da Gaia.

Pensar sobre guerra passou a prestar-se à convocatória de uma ética não mais apenas debruçada sobre a diminuição da probabilidade do fim de algumas subjetividades de qualquer espécie ou da intersubjetividade humana em específico, mas também sobre o fim da vida à escala planetária.

Não importa qual seja a atenuação da escala reconhecida à responsabilidade por parte da agência humana no que se refere aos cuidados prestados à realidade face à guerra, uma vez consciente daquilo que é posto em perigo, nada mais significará do que a adoção de uma ética de morte.

Bibliografia

- Bergo, MTB. «Guerras contemporâneas e do futuro». *Cadernos de Estudos Estratégicos*, n. 1 (2019): 81–90.
<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEE/article/view/6724>.
- Brito, NOR, Júnior, MRB, e Dias, LD. «Repercussões e avanços na medicina durante guerras: uma visão médica e científica». *Nanocell News* 8, n. 6 (2021).
<https://repositorio.usp.br/directbitstream/018a39a1-5351-4046-87d5-31a028d0518e/3035325.pdf>.
- Byman, D. «Why Drones Work: The Case for Washington's Weapon of Choice». *Foreign Affairs* 92 (2013).
<https://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/fora92&id=846&div=&collection=>.
- Casey-Maslen, S. «Weapons, International Regulations on». Em *Elgar Encyclopedia of Human Rights*. Edward Elgar Publishing Limited, 2022.
- Deely, J. *Semiotic animal: a postmodern definition of «human being» transcending Patriarchy and Feminism*. South Bend, IN: St. Augustine's Press, 2010a.

- Deely, J. «Semiotics Seen Synchronically: The View as of 2010». *Chinese Semiotic Studies* 4, n. 2 (1 de dezembro de 2010b): 9–113. <https://doi.org/10.1515/css-2010-0205>.
- Deely, J. «Semiosis and ‘meaning as use’: The indispensability and insufficiency of subjectivity in the action of signs». *Sign Systems Studies* 43, n. 1 (10 de junho de 2015): 7–28. <https://doi.org/10.12697/SSS.2015.43.1.01>.
- Deely, J. «Why life presupposes semiosis». *Chinese Semiotic Studies* 12, n. 2 (1 de janeiro de 2016): 159–75. <https://doi.org/10.1515/css-2016-0017>.
- Hipólito, LAC. «Evolução dos tratamentos ortopédicos durante as guerras mundiais». Trabalho de Conclusão de Curso (especialização), Escola de Saúde do Exército Brasileiro, 2019. https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5204/1/MONO_HIP%C3%93LITO_CFO.pdf.
- Humphries, B, e Martin, M. «Disrupting ethics in social research». Em *Research in social care and social welfare: Issues and debates for practice*, 69–85. Londres e Filadélfia: Jessica Kingsley Publishers, 2000.
- Kirchner, JW. «The Gaia hypothesis: Can it be tested?» *Reviews of Geophysics* 27, n. 2 (1989): 223–35. <https://doi.org/10.1029/RG027i002p00223>.
- McDonald, M. «War then and now: the legacy of ancient Greek tragedy». *Hermathena*, n. 181 (2006): 83–104. <https://www.jstor.org/stable/23041623>.
- Mahnken, TG. «Innovation in the Interwar Years». *SITC Research Briefs* 10, n. 2018–11 (30 de maio de 2018). <https://escholarship.org/uc/item/1hw200dw>.
- Novella-García, C, e Cloquell-Lozano, A. «The Ethics of Maxima and Minima Combined with Social Justice as a Form of Public Corruption Prevention». *Crime, Law and Social Change* 75, n. 3 (1 de abril de 2021): 281–95. <https://doi.org/10.1007/s10611-020-09921-2>.
- Sánchez, JV, e Esquivel, BR. «La aplicación de la ética en la democracia del Estado de México. Elemento clave para la calidad democrática». *Ius Comitalis* 4, n. 8 (2021): 29–40. <https://doi.org/10.36677/iuscomitalis.v4i8.16263>.
- Seif, FY. Imaginary Dialogue with John Deely – Farouk Y. Seif, 2018. <https://www.youtube.com/watch?v=hizJf-CyoNI>.
- Watts, Logan L. «Why ethics in business matters». Em *Ethics Training for Managers: Best Practices and Techniques*, por Logan L. Watts, Kelsey Medeiros, Tristan McIntosh, e Tyler Mulhearn, art. 1º. New York e Abingdon-on-Thames, UK: Routledge, 2020.